

## **INFORME DE RELATORÍA**

### **Área temática: Gestión local y descentralización desde la perspectiva del desarrollo sostenible de ciudades**

**Coordinador: Rui Jacinto. Investigador. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). Universidade de Coimbra. Portugal**

#### **1. Enquadramento: das preocupações transversais às coordenadas estratégicas de investigação e ação**

As vinte e duas (22) comunicações submetidas no âmbito dos sete (7) painéis foram apresentadas por intervenientes de oito países, sendo três destes painéis formados por redes de investigadores de mais do que um país, pertencendo seis ao continente Americano - México (5 comunicações), Colômbia (4), Argentina (3), Equador (3), Chile (2), Brasil (1) – e a dois da Península Ibérica, respetivamente, Portugal (4) e Espanha (1) (cf. Anexo). O conjunto das comunicações aproximaram-se do apelo proposto debater nesta Área Temática destinado a encontrar “novas referências teóricas, conhecer boas práticas e estudos de caso, partilhar experiências inovadoras promovidas a nível da gestão local e da descentralização orientadas para o desenvolvimento sustentável das cidades.”

As comunicações versaram temas com alguma variedade tendo por denominador comum os painéis onde foram apresentados<sup>1</sup>. As várias intervenções deixaram transparecer que a crise que atravessamos acrescentou novas dificuldades às incertezas pré-existentes, aprofundando o sentimento de impotência para enfrentar desafios que são cada vez mais amplos e complexos. Ficou a ideia que os atuais problemas sanitários e as fragilidades notadas na prestação de cuidados à população apenas vincou velhos problemas de desigualdade e exclusão, onde persistem ainda dificuldades elementares como o acesso a alguns serviços básicos, tais como água e saneamento, saúde, educação, segurança, habitação, etc. Importa sublinhar que muitas destas preocupações já haviam sido acolhidas entre os pilares que estruturam a Agenda 2030, uma vez que acabaram plasmadas em algum dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As diferentes apresentações fizeram ressaltar algumas matérias transversais, referidas com frequência e de maneira mais ou menos explícita, pano de fundo presente e com consequências no desenho das políticas públicas:

. *Importância da conjuntura.* A pandemia e o câmbio climático, preocupações citadas frequentemente citadas, adquirem ainda maior centralidade no momento que vivemos, pelos riscos que lhes estão associados e o forte impacto que têm nas populações, quer rurais como urbanas. Parece legítimo inferir que os novos problemas induzidos pelas alterações climáticas e pela pandemia não se podem enfrentar nem combater com velhas soluções.

. *Diversidade de contextos económicos, sociais e territoriais.* Os desequilíbrios regionais e as assimetrias urbanas verificadas à escala dum país ou, mesmo, numa cidade, foram enfatizados particularmente nos estudos de caso. Tais desigualdades, indissociáveis das especificidades geográficas, económicas e sociais, mas, também, históricas e culturais, são aspetos a ter em consideração no momento de elaborar políticas, estratégias e programas de desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> (i) Instrumentos de gestão para a sustentabilidade na administração pública; (ii) Governar a metrópole em tempos de pandemia e pós-pandemia; (iii) Instrumentos de participação dos governos locais nas políticas nacionais a partir de la Agenda 2030; (iv) Visão sistémica na gestão dos governos locais: análises de capacidade operativa e estratégicas de fortalecimento; (v) Gestão de governos locais face à pandemia. Crise, desafios e respostas em quatro federações Ibero-americanas: Brasil, Espanha, México y Argentina; (vi) Administração pública e desenvolvimento sustentável: propostas para melhorar a gestão local e a descentralização das cidades Ibero-americanas; (vii) Chile: Estado autonómico regional ou confederal plurinacional?

. *Articulação multinível*. As orientações e referências definidas a nível global, como os ODS, não podem ser declinadas acriticamente nem assumidos sem uma efetiva cooperação institucional entre as diferentes escalas da administração (federal, nacional, regional, local). A coesão territorial nos países Ibero-americanos não pode dispensar, portanto, o conhecimento rigoroso das novas geografias da administração pública nem deixar de promover uma adequada articulação multinível.

A leitura mais fina das comunicações mostra-nos que a *gestão local*, a *descentralização* e o *desenvolvimento sustentável das cidades* remete para uma agenda ampla quer em termos da investigação como da ação. Os diferentes trabalhos revelam, por outro lado, um forte alinhamento com os princípios, valores e preocupações enunciadas na Agenda 2030. Deduz-se de algumas intervenções que importa produzir mais e melhor conhecimento de apoio à decisão e que urge conceber um novo quadro conceptual mais consonante com as atuais exigências, capaz de nortear políticas inovadoras e abordagens mais ousadas para responder a problemas novos e com proporções mais avassaladoras. Se é certo que a atual crise economia e social que acompanha a crise sanitária está a prolongar a crise financeira que se iniciou em 2008, também parece, como referido num painel, que a pandemia está a transformar os debates das políticas públicas<sup>2</sup>. Apesar das pesadas consequências sociais que resultaram da ação conjugada destas crises não surgiu, como ocorreu no início dos anos 70, uma rutura teórica, conceptual e epistemológica que levou à reinvenção de novas abordagens de desenvolvimento. Lembremo-nos que a crise ocorrida à meio século foi responsável pela emergência de estratégias baseadas no desenvolvimento local, endógeno, integrado, sustentável, etc.

Parece legítimo concluir, face ao exposto, que estamos perante novos problemas cujo combate não é compatível (apenas) com velhas soluções. A combinação desta ideia com o manancial de informação proporcionado pelos trabalhos apresentados parece sugerir uma agenda mínima norteadora da investigação e da ação pautada por três eixos estruturantes, *coordenadas estratégicas de investigação e de ação* que configuram verdadeiros *temas para uma agenda*:

- fortalecer os governos locais: inovar, modernizar, capacitar a gestão, melhorar o desempenho;
- cidades, metrópoles e coesão urbana: governança, sustentabilidade e requalificação dos espaços públicos;
- políticas públicas e governança multinível: das agendas globais e nacionais às atuações locais.

## **2. Fortalecer a gestão dos governos locais: inovar, modernizar, capacitar, melhorar o desempenho**

Os trabalhos apresentados em três painéis<sup>3</sup>, relativos a contextos sociopolíticos bem distintos (Equador e Portugal), abordaram matérias complementares em duas áreas estratégicas para a governação local:

(i) *Melhorar a capacidade de gestão e de articulação dos governos locais* (interterritorialidade, intersectorialidade e multiatores). A consolidação da gestão descentralizado e a melhoria da capacidade operativa dos governos locais, urbanos e rurais, previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento do Equador, propõe a avaliação das capacidades institucionais e o acompanhamento da evolução e da configuração territorial. Foi referido que as municipalidades já internalizaram dinâmicas de desenvolvimento urbano embora não tenham promovido um tratamento equivalente a nível rural, o que deixa em particulares dificuldades as 825 paróquias rurais que integram os 231 municípios do país.

<sup>2</sup> “Os processos de tomada de decisão em políticas públicas são dependentes de uma boa articulação de informação fundamentada em dados e em métodos de análise e opções de decisão, que devem ser políticas e não exclusivamente técnicas. A evidência da validade e do valor da participação pública nos processos de tomada de decisão está bem estabelecida na literatura de planeamento e governança urbana e metropolitana” (Nuno Pinto).

<sup>3</sup> Instrumentos de gestão para a sustentabilidade na administração pública; Visão sistémica na gestão dos governos locais: análises de capacidade operativa e estratégias de fortalecimento; Chile: Estado autonómico regional ou confederal plurinacional?

Importa, por isso, “analisar as capacidades institucionais dos governos paroquiais rurais para impulsionar o bom viver, valorando que as novas condições socioeconómicas, políticas e sanitárias exigem replantar o desenvolvimento territorial a partir da articulação entre o urbano e o rural”<sup>4</sup>. Os problemas do território são perversos (wicked problems), sendo de relevar a pobreza e a capacidade produtiva, os que decorrem do elevado nível de incerteza, do baixo índice de cooperação e das falhas históricas de desenvolvimento institucional. O fortalecimento institucional dos governos locais para facilitar tal superação passa por intervenções concertadas, tais como: (i) reforço da capacidade de articulação a nível interterritorial, intersectorial e multiautores<sup>5</sup>; (ii) avaliar a capacidade operativa, recorrendo a metodologia de medição, análise e seguimento de políticas públicas (p. ex.: Índice de Capacidade Operativa - ICO)<sup>6</sup>.

(ii) *Monitorizar, acompanhar e avaliar a gestão pública.* Tendo como pano de fundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que constam da Agenda 2030 e a realidade específica dos municípios portugueses, foram apresentados alguns instrumentos destinados a acompanhar e avaliar a gestão, conhecer o desempenho e propor a melhoria da qualidade dos serviços públicos. Foram destacadas três ferramentas destinadas a abordar estas problemáticas:

- *Estrutura Comum de Avaliação* (Common Assessment Framework - CAF)<sup>7</sup>, “instrumento europeu que permite às organizações públicas medir o seu grau de desempenho global através de princípios de excelência e de critérios definidos”, com várias versões desenvolvidas entre 2000 e a última apresentada em 2020. Trata-se dum modelo que visa melhorar desempenho e a qualidade dos serviços públicos, metodologia que permite através da autoavaliação apontar resultados qualitativos, identificar pontos fortes e pontos fracos, fornecer um quadro de referência de boas práticas e sugerir melhorias para alcançar a excelência organizacional.

- *Instrumentos de medição, a partir da CAF e dos ODS na administração local*<sup>8</sup>. Com o objetivo de medir para conhecer recorre-se à “CAF enquanto instrumento de medição aplicada ao nível municipal para medir o desempenho das autarquias locais, tendo como pano de fundo os ODS, os instrumentos de gestão territorial, e instrumentos de gestão da autarquia”. São adiantados três indicadores de monitorização que permitem avaliar como os municípios se posicionam, aferindo e comparando a sua posição relativamente aos demais: Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM), Índice de Desempenho (IDM), Dinâmica de Avaliação das Partes Interessadas (DEP).

- *Instrumentos para a sustentabilidade ambiental*<sup>9</sup>. Num momento em que é notório o desequilíbrio dos ecossistemas e se assiste ao eclodir de eventos extremos, o combate às alterações climáticas aconselha “avaliar o perfil ambiental das organizações e implementar soluções que minimizem impactos ambientais, através da sensibilização, formação e da gestão eficiente de recursos”. Desenvolver estratégias que melhorem a sustentabilidade ambiental na administração pública também passa por envolver e capacitar as pessoas para reduzir consumos (energia, água, consumíveis, resíduos), diminuir deslocações, como se verificou durante os recentes períodos de confinamento com o recurso ao teletrabalho, ou implementar nas organizações algum Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

(ii) *Estado autonómico regional ou confederal plurinacional.* Tendo presente o caso concreto do Chile e a situação que surgiu em outubro de 2019 são comentados alguns caminhos incrementais para melhorar a organização administrativa. *Considerando o enfoque territorialista como uma oportunidade, as intervenções*

<sup>4</sup> Capacidad institucional de los gobiernos parroquiales rurales: desafíos y retos para la articulación multinivel (July Claribel Báez Villagómez).

<sup>5</sup> Innovando en el fortalecimiento institucional de los gobiernos locales: una mirada interterritorial, intersectorial y multiactor (Ingrid Aracely Bermeo Zapater).

<sup>6</sup> La capacidad operativa de los gobiernos locales como meta de desarrollo territorial en el Ecuador (Irina María Naranjo Zolotova).

<sup>7</sup> Common Assessment Framework: alcançar a excelência organizacional através da autoavaliação (Cristina Josefa Simas do Rosário Evaristo).

<sup>8</sup> A Estrutura Comum de Avaliação e os ODS na administração local enquanto instrumentos de medição (Rede CESOP-Local) (José Fidalgo Gonçalves).

<sup>9</sup> Instrumentos para a sustentabilidade ambiental na administração pública (Margarida Maria Lucas Quintela Martins)

discorrem sobre “a dimensão confederal duma constituição glocal: comunalismo, poder regional e autonomia indígenas”<sup>10</sup> e a opinião dos chilenos sobre “descentralização e território”<sup>11</sup>. A constituinte é vista como “uma oportunidade para responder a demandas que se arrastam por décadas”, podendo contribuir para recolocar um novo modelo estatal, de organização político administrativa e de qualidade da democracia”.

### **3. Cidades, metrópoles e coesão urbana: governança, sustentabilidade e requalificação dos espaços públicos**

As cidades e as metrópoles, que apresentam distintas configurações consoante os vários países, confrontam-se com a necessidade de promover uma efetiva coesão urbana. As várias comunicações apresentadas em dois painéis<sup>12</sup> tocam facetas deste premente desafio, mostrando como as cidades, onde se concentram cada vez mais pessoas e problemas, viram as suas dificuldades potenciadas pela emergência sanitária resultante do SARS-CoV-2. As cidades, as metrópoles e o rol de desigualdades e exclusões que as caracterizam (sociais, pobreza, violência, etc.) têm suscitado diferentes apostas, por vezes demasiado setoriais, destinadas a superar tantas e tão diversas debilidades. Lembremo-nos, a este propósito, as diferentes adjetivações que têm recebido, tais como cidades património da humanidade, cidades criativas, inteligentes, educadoras, capitais da cultura, verdes, sustentáveis, etc. A partir das referidas comunicações destacam-se três linhas estruturantes deste debate:

*(i) Cidades, metrópoles e políticas públicas: teoria e práticas de governo.* As cidades, que acabaram por ficar no olho do furacão, são objeto da “reflexão sobre a governança de zonas e regiões em condições de fragmentação horizontal e vertical, o que fortalece a necessidade de desenvolvimentos teórico-práticos de governança multinível e governança transterritorial. As cidades do mundo sem exceção inesperadamente foram sobrecarregadas de exigências de resposta rápida em cenários de alta complexidade, para o qual o comum dos governos não estava habilitado. Frente ao descomunal desafio, as respostas inovadoras (com êxito ou não) surgiram em todas as escalas e de todo tipo”.

- *A pandemia está a transformar os debates das políticas públicas*<sup>13</sup>. Os média estão a mudar a perceção e “a capacidade do público em entender” “as propostas de recuperação económica pós-pandemia”. Por outro lado, “os processos de tomada de decisão em políticas públicas são dependentes de uma boa articulação de informação fundamentada em dados e em métodos de análise e opções de decisão, que devem ser políticas e não exclusivamente técnicas. A evidência da validade e do valor da participação pública nos processos de tomada de decisão está bem estabelecida na literatura de planeamento e governança urbana e metropolitana”. “A apresentação clara dos dados e dos métodos de análise e a transparência podem favorecer a compreensão do público acerca dos processos decisórios e o escrutínio das políticas públicas”.

. *Teoria e prática do governo metropolitano*<sup>14</sup>. As tentativas de propostas de solução são proporcionais aos problemas que as metrópoles enfrentam. Daí, ser importante “documentar experiências e produzir conhecimento aplicável para o desenvolvimento de capacidades locais sociopolíticas durante e posterior à afetação de epidemias”. Tanto mais que “se desenvolveram casos ibero-americanos segundo teóricos da governança, a metropolização e os sistemas complexos, com o interesse centrado na geração de competências para la atuação pública frente a riscos de emergência não previsíveis e em contextos de alta incerteza”.

<sup>10</sup> La dimensión confederal de una constitución glocal: comunalismo, poder regional y autonomía indígenas (Esteban Valenzuela Van Treek).

<sup>11</sup> Descentralización y territorio: ¿qué piensan los chilenos? (Violeta Montero Barriga).

<sup>12</sup> Governar as metrópoles e as cidades (em tempos de pandemia e de pos-mandemia) e Administração pública e desenvolvimento sustentável: propostas para melhorar a gestão local e a descentralização das cidades Iberoamericanas.

<sup>13</sup> A pandemia está transformando os debates em políticas públicas (Nuno Pinto).

<sup>14</sup> Teoría y práctica de la gobernanza metropolitana: alcances y propuestas frente al COVID-19 (Carlos Alberto Navarrete Ulloa).

(ii) *Cidades sustentáveis: respostas locais aos problemas do desenvolvimento sustentável.* A partir de algumas perguntas e tendo em pano de fundo os desafios da atual pandemia do COVID-19, debateu-se a melhoria da gestão local e a promoção do desenvolvimento sustentável nas cidades (Ibero-americanas), a partir de dois tópicos importantes:

- *Resposta local frente aos problemas de desenvolvimento sustentável na Iberoamérica*<sup>15</sup>. É apresentado um exame comparativo do modelo de administração pública adotado para enfrentar “os problemas de pobreza, desigualdade e destruição do meio ambiente”, “as principais práticas inovadoras propostas por algumas cidades da região para atender los problemas sociais em especial a pobreza e a desigualdade, assim como os problemas relacionados com o desenvolvimento sustentável e as aprendizagens sociais da gestão local em relação aos desafios da atual pandemia do COVID-19”.

- *Como fazer sustentáveis as cidades iberoamericanas*<sup>16</sup>. A partir dos planos de vida sustentável, enquanto espaços de participação social, desenham-se planos e ações que atendem ao desenvolvimento, ideia que emana “das iniciativas dos povos indígenas que conseguiram ganhar autonomia territorial para chegar à forma harmónica de exploração dos recursos naturais sem que isso implique a sua destruição”. A adoção destes planos “não só promove a promoção como facilita a gestão local a melhorar a governança. Por outro lado o enfoque inovador dá-se com a apresentação do índice de convergência sustentável que mede a eficiência da gestão local para atender aos problemas de desenvolvimento e que combina variáveis como o uso de sistemas de informação urbana de acesso público, o nível de participação cidadã na formulação das políticas de desenvolvimento, o impacto territorial das ações dirigidas ao tema ambiental, o nível de integridade de tais ações, a valorização dos cidadãos sobre a confiança que têm na gestão local, o grau de autonomia que tem a administração pública local para atender problemas sociais e a quantidade de recursos dirigidos a este propósito”.

(iii) *Questões urbanas: segurança, exclusão, reestruturação económica e requalificação dos espaços públicos.* A violência e insegurança nas cidades, a exclusão, a reestruturação económica e a importância da requalificação, temas premente da agenda urbana, foram debatidos a partir de alguns estudos de caso apresentados sobre duas áreas metropolitanas na América Latina: *Segurança cidadã em tempos COVID-19* (Área Metropolitana Valle de Aburrá, Colômbia)<sup>17</sup>; *De cidade falida a distrito cultural, histórico e portuário sustentável* (Cartagena das Índias, Colômbia)<sup>18</sup>.

#### **4. Políticas públicas e governança multinível: das agendas globais e nacionais às atuações locais**

As oito comunicações apresentadas em dois Painéis<sup>19</sup> percorrem a relativa diversidade e abrangência temática que se inscrevem neste âmbito:

(i) *Instrumentos de participação dos governos locais nas políticas nacionais.* Os governos locais encerram alguma capacidade institucional para interagirem e participarem com outros níveis da administração<sup>20</sup>, articulação possível, por exemplo, através de vários instrumentos instituídos a nível nacional, designadamente certos *Sistemas Nacionais*, exemplificados no caso do México através do da *Transparência*<sup>21</sup> e do implementado para mitigar o efeito das *Alterações Climáticas*<sup>22</sup>.

<sup>15</sup> ¿Cuál ha sido la respuesta local frente a los problemas del desarrollo sostenible en Iberoamérica? (Omar Rey Anacona).

<sup>16</sup> ¿Cómo hacer sostenibles a las ciudades iberoamericanas? (María Magdalena García Alfonso).

<sup>17</sup> Retos y limitaciones de la gobernanza metropolitana de la seguridad ciudadana en tiempos de COVID-19: el caso del Área Metropolitana del Valle de Aburrá, Colombia (Pablo Zapata Tamayo).

<sup>18</sup> Cartagena de Indias, Colombia: de ciudad fallida a distrito cultural, histórico y portuario sostenible (Wilson Hernando Ladino Orjuela).

<sup>19</sup> Instrumentos de participación de los gobiernos locales en las políticas nacionales a partir de la Agenda 2030; Gestión de gobiernos locales ante la pandemia. Crisis, desafíos y respuestas en cuatro federaciones iberoamericanas: Brasil, España, México y Argentina.

<sup>20</sup> Las capacidades institucionales de la participación local, la planeación de las políticas públicas y la gobernanza multinivel (Alejandro Liberman T).

<sup>21</sup> Los instrumentos de participación municipal en el Sistema Nacional de Transparencia en México (Karina Rebeca Ramírez González).

<sup>22</sup> Sistema Nacional de Cambio Climático (Alejandro Alejo Pompilio Aguilar Miranda).

Partindo do pressuposto que a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável estabeleceu, como um dos seus objetivos gerar instituições sólidas, deve procurar que se garanta a “adoção de decisões inclusivas em todos los niveles de gobierno”, “situação que implica que os Estados nacionais devem alinear suas capacidades institucionais para atender às necessidades das suas populações”. A tentativa de evitar a manifesta recorrência na “centralizada de los asuntos públicos”, “visão e práticas reducionistas que têm servido de obstáculo para a criação de redes institucionais coordenadas, e políticas de participação sustentáveis no tempo, sugere-se a promoção dum *governo aberto desde o local*<sup>23</sup>.

(ii) *Crise, desafios e respostas dos governos locais à gestão da pandemia*. Os casos apresentados recaíram sobre quatro Estados federados Ibero-americanos (Brasil, Espanha, México e Argentina), objeto da análise dos múltiplos desafios que se colocam aos governos locais para enfrentar a pandemia do COVID-19: papel dos governos locais face à necessidade dum gestão multinível a pandemia<sup>24</sup>; intervenção dos municípios brasileiros quando as capacidades no domínio da saúde são estatais<sup>25</sup>; efeitos da pandemia no federalismo mexicano e na redefinição do papel dos governos locais<sup>26</sup>; reação dos municípios argentinos face à pandemia<sup>27</sup>. Perante a pressão sobre os serviços e a necessidade de resposta das políticas públicas, sobretudo as de proteção social, agravado por um “cenário de redução intensa de receitas derivado da queda da atividade económica”, impõe-se “gerar novas formas de gestão e qualificar capacidades estatais”. Foi adiantado que “o diálogo por meio de redes que envolvam os atores locais será essencial para produzir respostas coletivas. A cooperação intermunicipal e a colaboração intergovernamental serão chaves num cenário de escassez de recursos”.

## 5. Sugestões

1. *Editar as comunicações*: socializar a informação preparando uma edição que compile as comunicações apresentadas.
2. *Geografia da administração pública nos países Ibero-americanos*: elaborar um atlas da organização administrativa e das dinâmicas socio-territoriais nos países Ibero-americanos. A coesão territorial e a articulação multinível beneficia dum conhecimento mais aprofundado e comparativo entre os diferentes países em domínios como: (i) Assimetrias e desigualdades económicas, sociais e territoriais; (ii) Estrutura administrativa: dimensão, importância e significado dos diferentes níveis administrativos; (iii) Programas e planos estratégicos de desenvolvimento territorial; (iv) Estudos de casos (alguns exemplos em cada país): partilhar experiências, divulgar e difundir práticas inovadoras.
3. *Debates temáticos e setoriais*: alargar o debate tentando envolver mais países num compromisso entre a investigação (académica) e a ação (iniciativas levadas a cabo como:
  - fortalecer os governos locais: inovar, modernizar, capacitar a gestão, melhorar o desempenho;
  - cidades, metrópoles e coesão urbana: governança, sustentabilidade e requalificação dos espaços públicos;
  - políticas públicas e governança multinível: das agendas globais e nacionais às atuações locais.

## Anexo: Painéis, Comunicações, Intervenientes

### 013. Instrumentos de gestão para a sustentabilidade na administração pública - Cristina Josefa Simas do Rosário Evaristo (Coordenadora)

<sup>23</sup> Gobierno abierto desde lo local y su relación con los ODS (Rafael Enrique Valenzuela Mendoza).

<sup>24</sup> Gobierno multinivel ante la gestión de la pandemia COVID-19 en España y el papel de los gobiernos locales (Carmen Navarro).

<sup>25</sup> Capacidades estatales en salud: ¿cómo les está yendo a los municipios brasileños en el combate al COVID-19? (Eduardo José Grin).

<sup>26</sup> Los efectos de la pandemia en el federalismo mexicano y en la redefinición del papel de los gobiernos locales (Ady Patricia Carrera Hernández).

<sup>27</sup> Municipios argentinos ante la pandemia del COVID-19 (Daniel Alberto Cravacuore).

1. Common Assessment Framework: alcançar a excelência organizacional através da autoavaliação - Cristina Josefa Simas do Rosário Evaristo (*Técnica Superior. Departamento de Desenvolvimento de Modelos Organizacionais. Direção Geral da Administração e do Emprego Público. Ministério da Modernização do estado e da Administração Pública. Portugal*)
2. Rede CESOP-Local: a Estrutura Comum de Avaliação e os ODS na administração local enquanto instrumentos de medição - José Fidalgo Gonçalves (*Coordenador. Centro de Estudos e Sondagens de Opinião. Universidade Católica Portuguesa (UCP). Portugal*)
3. Instrumentos para a sustentabilidade ambiental na administração pública - Margarida Maria Lucas Quintela Martins (*Técnica Superior. Departamento de Desenvolvimento de Modelos Organizacionais. Direção Geral da Administração e do Emprego Público. Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública. Portugal*)

**023. Gobernar la metrópoli en tiempos de pandemia y pos-pandemia** - Carlos Alberto Navarrete Ulloa (Coordinador)

1. Teoría y práctica de la gobernanza metropolitana: alcances y propuestas frente al COVID-19 - Carlos Alberto Navarrete Ulloa (*Profesor-Investigador. Universidad de Guadalajara (UdeG). México*)
2. A pandemia está transformando os debates em políticas públicas - Nuno Pinto (*Lecturer in Urban Planning and urban Design. University of Manchester. Reino Unido*)
3. Retos y limitaciones de la gobernanza metropolitana de la seguridad ciudadana en tiempos de COVID-19: el caso del Área Metropolitana del Valle de Aburrá, Colombia - Pablo Zapata Tamayo (*Profesor. Universidad EAFIT (EAFIT). Colombia*)

**030. Instrumentos de participación de los gobiernos locales en las políticas nacionales a partir de la Agenda 2030** - Alejandro Liberman T. (Coordinador)

1. Las capacidades institucionales de la participación local, la planeación de las políticas públicas y la gobernanza multinivel - Alejandro Liberman T (*Miembro del Comité Ejecutivo. Consejo de Planeamiento Estratégico de la Ciudad de Buenos Aires (CoPE). Argentina*)
2. Los instrumentos de participación municipal en el Sistema Nacional de Transparencia en México - Karina Rebeca Ramírez González (*Profesora. Centro Universitario Texcoco. Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMEX). México*)
3. Sistema Nacional de Cambio Climático - Alejandro Alejo Pompilio Aguilar Miranda (*Profesor. Centro Universitario Texcoco. Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMEX). México*)
4. Gobierno abierto desde lo local y su relación con los ODS - Rafael Enrique Valenzuela Mendoza (*Profesor. Universidad de Sonora. México*)

**053. Visión sistémica en la gestión de los gobiernos locales: análisis de capacidad operativa y estrategias de fortalecimiento** - Ingrid Aracely Bermeo Zapater (Coordinadora)

1. Innovando en el fortalecimiento institucional de los gobiernos locales: una mirada interterritorial, intersectorial y multiactor - Ingrid Aracely Bermeo Zapater (*Analista. Dirección de Fortalecimiento Institucional a Gobiernos Autónomos Descentralizados. Consejo Nacional de Competencias (CNC). Ecuador*)
2. La capacidad operativa de los gobiernos locales como meta de desarrollo territorial en el Ecuador - Irina María Naranjo Zolotova (*Directora. Dirección de Monitoreo y Evaluación a Gobiernos Autónomos Descentralizados. Consejo Nacional de Competencias (CNC). Ecuador*)
3. Capacidad institucional de los gobiernos parroquiales rurales: desafíos y retos para la articulación multinivel- July Claribel Báez Villagómez (*Especialista. Dirección de Monitoreo y Evaluación a Gobiernos Autónomos Descentralizados. Consejo Nacional de Competencias (CNC). Ecuador*)

**068. Gestión de gobiernos locales ante la pandemia. Crisis, desafíos y respuestas en cuatro federaciones iberoamericanas: Brasil, España, México y Argentina** - Eduardo José Grin (*Coordinador*)

1. Capacidades estatales en salud: ¿cómo les está yendo a los municipios brasileños en el combate al COVID-19? - Eduardo José Grin (*Professor-Pesquisador. Departamento de Gestão Pública. Fundação Getulio Vargas (FGV). Brasil*)
2. Gobierno multinivel ante la gestión de la pandemia COVID-19 en España y el papel de los gobiernos locales - Carmen Navarro (*Profesora. Departamento de Ciencia Política. Universidad Autónoma de Madrid (UAM). España*)
3. Los efectos de la pandemia en el federalismo mexicano y en la redefinición del papel de los gobiernos locales - Ady Patricia Carrera Hernández (*Profesora-Investigadora. Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales. Instituto Politécnico Nacional (IPN). México*)
4. Municipios argentinos ante la pandemia del COVID-19 - Daniel Alberto Cravacuore (*Director. Centro de Desarrollo Territorial. Departamento de Economía y Administración. Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). Argentina*)

**[6] Administración pública y desarrollo sostenible: propuestas para mejorar la gestión local y la descentralización de las ciudades iberoamericanas** - Omar Rey Anacona (*Coordinador*)

1. ¿Cuál ha sido la respuesta local frente a los problemas del desarrollo sostenible en Iberoamérica? - Omar Rey Anacona (*Profesor. Subdirección Académica. Escuela Superior de Administración Pública (ESAP). Colombia*)
2. Cartagena de Indias, Colombia: de ciudad fallida a distrito cultural, histórico y portuario sostenible - Wilson Hernando Ladino Orjuela (*Profesor. Subdirección Académica. Escuela Superior de Administración Pública (ESAP). Colombia*)
3. ¿Cómo hacer sostenibles a las ciudades iberoamericanas? - María Magdalena García Alfonso (*Profesora. Subdirección Académica. Escuela Superior de Administración Pública (ESAP). Colombia*)

**4.- Chile: ¿Estado autonómico regional o confederal plurinacional?**

1. La dimensión confederal de una constitución glocal: comunalismo, poder regional y autonomía indígenas - Esteban Valenzuela Van Treek (*Director. Convergencias Regionalistas de Estudios Aplicados del Sur. Universidad de Concepción (UDECE), Chile*)
2. Descentralización y territorio: ¿qué piensan los chilenos? - Violeta Montero Barriga (*Profesora. Departamento Administración Pública y Ciencia Política. Universidad de Concepción (UDECE), Chile*)